

MOTIVOS E CONSEQUÊNCIAS DAS NORMAS TÉCNICAS E SANITÁRIAS NO COMÉRCIO INTERNACIONAL DOS PAÍSES DO SUL

Marcela Olegário Santos

Orientador: Orlando Monteiro da Silva

Durante os últimos anos, o comércio internacional tem se intensificado e, nesse cenário, os países do Sul, ou em desenvolvimento, tem ganhado cada vez mais espaço. A intensificação dos fluxos internacionais de comércio teve como uma das causas à redução das tarifas alfandegárias, que em muitos casos foram substituídas pela utilização de medidas não tarifárias. Entre as medidas não tarifárias mais importantes, estão aquelas relacionadas aos Acordos de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (SPS) e de Barreiras Técnicas (TBT), criados pela Organização Mundial do Comércio (OMC), e que têm por intuito, resguardar a saúde humana, animal e vegetal e definir padrões de comercialização mundial, utilizando o mecanismo de notificações. Dessa forma, o objetivo desse trabalho foi analisar se as notificações emitidas pelos países membros da OMC a esses acordos têm atuado de forma protecionista sobre os fluxos comerciais dos países do Sul.

Para responder ao objetivo proposto, foram levantadas todas as notificações emitidas entre os anos de 1995 e 2011, e utilizados métodos gráficos e tabulares para analisá-las. Para uma amostra de países classificados como do Sul, traçou-se um perfil do comércio internacional e através da análise de regressão analisou-se as consequências das exigências das notificações sobre os fluxos de comércio. Os resultados mostraram que os produtos agropecuários que foram mais notificados, com as notificações regulares sendo mais utilizadas do que as emergenciais. Para produtos e países específicos (carnes, café e soja do Brasil, Argentina, Colômbia), notou-se que os aumentos na emissão das notificações levaram a redução dos preços médios.

Pode-se concluir que as notificações aos acordos SPS e TBT, realmente impactam os fluxos de comércio e os preços dos produtos agrícolas comercializados pelos países do SUL, mas que ao adotar regulamentos e normas padronizadas para o comércio, esses países se tornam mais

transparentes, estimulam a demanda por seus produtos e podem prevenir riscos de queda nas exportações por razões técnicas ou sanitárias.